

Quarta-Feira, 30 de Setembro de 2026

MPF realiza visita de quatro dias à Terra Indígena Enawenê-Nawê para ouvir lideranças em Mato Grosso

Ministério Público Federal promove escuta direta com comunidade indígena e reafirma compromisso na defesa dos direitos dos povos originários

O Ministério Público Federal (MPF) conduziu uma visita institucional à Terra Indígena Enawenê-Nawê, situada em Mato Grosso, com duração de quatro dias. O objetivo principal foi estabelecer diálogo direto com lideranças e moradores, identificar suas principais demandas e reforçar o compromisso da instituição na proteção dos direitos dos povos originários.

Durante o período no território indígena, os profissionais do MPF mantiveram conversas com integrantes da comunidade, expandindo os canais de comunicação e aproximação entre a instituição e o povo Enawenê-Nawê. Conforme ressaltou a servidora Keren Baesso, a permanência em campo possibilitou compreender profundamente a realidade local, o modo de vida comunitário e documentar as manifestações das lideranças de forma presencial.

O encontro serviu como espaço para informar a comunidade indígena acerca dos processos judiciais e procedimentos administrativos em andamento, incluindo seus detalhes processuais e status atual. Além disso, permitiu colher a perspectiva da comunidade sobre os encaminhamentos possíveis das causas em questão. As conversas foram conduzidas com apoio de tradução linguística, respeitando os momentos apropriados conforme a realização dos rituais indígenas.

De acordo com o procurador Daniel Luis Dalberto, o trabalho junto aos Enawenê-Nawê exige sensibilidade para compreender e respeitar sua cosmologia, onde cada elemento possui significado e lugar bem definido, manifestado nas apresentações ritualísticas que revelam a riqueza estética e cultural desse povo.

Para Dalberto, o contato presencial e os diálogos no contexto territorial são essenciais para aprimorar a atuação institucional, tornando-a mais eficiente, humanizada e acessível. O procurador enfatiza que essa aproximação garante que o Ministério Público Federal conheça a realidade comunitária através da perspectiva dos próprios indígenas, direcionando as ações da instituição de forma respeitosa e alinhada aos direitos constitucionais.

Compromisso com povos indígenas – A ação foi executada em colaboração entre o Ofício de Povos Indígenas em Isolamento Voluntário e de Recente Contato, vinculado à Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do MPF (6ª Câmara de Coordenação e Revisão), e o 2º Ofício de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso, locado na Procuradoria da República em Sinop (MT).

A atividade faz parte da estratégia institucional do MPF orientada à proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas, particularmente aqueles em situação de contato recente ou isolamento voluntário. Os dados coletados contribuirão para orientar a atuação da instituição, facilitando definições de encaminhamentos adequados e consolidação de um processo contínuo de diálogo com a comunidade.

O procurador-chefe Ricardo Pael Ardenghi destaca que a atuação integrada entre o órgão setorial nacional e a unidade de Sinop fortalece a metodologia do MPF de garantir acompanhamento permanente e articulado das demandas das populações tradicionais em todo o estado de Mato Grosso.

Estrutura de coordenação – A Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6ª Câmara de Coordenação e Revisão) funciona como órgão coordenador do Ministério Público Federal, responsável por integrar e revisar a atuação institucional em questões relacionadas aos povos indígenas, comunidades tradicionais e povos em isolamento voluntário ou recente contato.